



e agora, o que fazemos

Raul Benitez Zenteno*

HISTÓRIAS DA POPULAÇÃO DO MÉXICO EM MEADOS DE 1986

Estamos num segundo momento da chamada transição demográfica. Somente em dez anos, o crescimento da população no México diminuiu de 3,4% para 2,1% em 1986. Isto se deve à diminuição da fecundidade, proporcionada pelo fato de que as mulheres casadas ou unidas em idade fértil passaram a usar, em proporções muito elevadas (estima-se 54,5% em 1986), métodos anticoncepcionais.

Não somente as mulheres das grandes cidades adotaram os métodos anticoncepcionais, como também as das zonas rurais, sem maiores empecilhos que o de sua disponibilidade. Parece que a população mexicana está bem disposta a diminuir sua reprodução – os mais altos preceitos morais e religiosos não impedem que se recorra ao recurso do aborto quando falham os métodos anticoncepcionais. Tampouco esta população deseja diminuir seus “ardores”, enfrentando o perigo da temida gravidez.

É clara também, desde há algum tempo, a relutância das mulheres em ter mais filhos do que os que já têm. Elas enfrentam, inclusive, os malefícios do uso das “injeções”, consideradas perigosas pelos médicos do planejamento familiar, proibidas em todos os países. Mas continuam sendo usadas no México.

E não se trata de rejeição dos mexicanos às crianças. Elas agradam-lhes e muito. À população de classe média e alta, ainda que lhes nasçam menos filhos por família, como lhes dão de comer e bem, morrem-lhes menos; logo os mandem à escola e os têm em casa quando estão “maduros” e sabem o que fazem. Somente se vão aos 25 anos para casar-se bem, com a casa montada, trabalho, carro e lua-de-mel em Cancun e, se for possível, dois automóveis para que a mulher siga estudando.

Para não ter filhos, vão ao doutor particular. Nada de Seguro Social e menos ainda esses Hospitais de Saúde com “doutorzinhos” que nada sabem e as fazem esperar e logo lhes

* Pesquisador do Instituto de Investigações Sociais da Universidade Autónoma do México (HSUNAM). Traduzido do espanhol por Elisa Helena Maya Fruct.

dizem que é melhor que se esterilizem com uma operação que não dói, bem rápida, e também com nenhuma habilidade lhes dizem que lhes permite ter filhos quando queiram e assim deixam-se as pílulas ou injeções. Mas uma vez que tenham filhos, há que cuidá-los, ainda que não se possa fazê-lo tão bem quanto antes porque as criadas estão impossíveis e nem os cuidam. Além disso, com a crise, já quase que não se pode fazer mais nada.

Aos pobres da cidade também agradam os filhos. Só que, como não têm casa nem trabalho permanente, então há que mandá-los somente alguns anos à escola e bem cedo ao trabalho. É por muito pouco tempo porque logo se vão, bem pequenos, sem escola, nem trabalho, embora consigam mulher desde os 18 e logo vão até o papai com os netos e a casa não serve para todos. Aos domingos, há que se comer por turnos.

Mas além disso, o problema fica cada vez maior porque muitas pessoas continuam vindo do campo e das cidades pequenas todos os dias. Elas já vêm mais preparadas porque são as melhores do campo, mas lá não há trabalho. Então é melhor vir logo para a metrópole, porque ficar numa cidade pequena nem vale a pena. Para conseguir trabalho há que ter bons compadres ou pelo menos amigos que avisem onde há chance de ganhar uns centavos.

A coisa está muito dura, ainda mais agora que as ruas estão muito cheias de vendedores ambulantes. Logo, ser honrado já nem adianta. Te assaltam e os policiais nem te defendem. Conseguir o dinheiro para o aborto custa trabalho. Já nem a Igreja consola e os padres não dizem mais do que “agora te aguenta”, embora também façam vista grossa em relação às pílulas e aos dispositivos.

Entre os trabalhadores, os que estão em melhor situação são os operários, e mais ainda se são qualificados e pertencem ao sindicato. Seus filhos chegam à universidade e alguns se formam até no Colégio de México. Até carro lhes compra o pai, embora seja um Volkswagen, e se mantêm bem em famílias grandes. São as maiores famílias da cidade. Logo, logo se vão para trabalhar em Guadalajara ou Aguascalientes nas novas fábricas, muito modernas. Estes também se casam grandinhos e embora tenham filhos, têm menos que antes, mas como eles vivem mais, seguem sendo, ao final das contas, os mesmos. Estas são as famílias de trabalhadores que vivem melhor e são as maiores e mesmo assim dizem que “as famílias pequenas vivem melhor”.

Não é certo, por mais que o governo continue dizendo a mesma coisa. Na verdade, parece que não sabem o que dizem. As famílias pequenas são as mais pobres e correspondem a mais de 60% de todos os mexicanos. Por serem pobres, os filhos têm que deixar a escola e muito cedo se vão embora de casa. Desde os 15 anos estão fora. Os do campo já não têm o que fazer. Os da cidade tampouco. A situação é cada vez mais difícil. Muito desemprego.

Não se pode ter casa e como se necessita de mulher, rápido vêm os filhos porque acabaram as pílulas nos Hospitais de Saúde ou então elas não existem e os médicos querem logo operar, e não somente a mulher, também o homem. Isto sim é forte, porque então não se pode ter filhos nunca mais. Aqui na cidade mais ou menos pode se conseguir a comida e a casa, embora seja de adobe, e já estejam bem caras. Agora nem assim deixam, sobretudo depois do terremoto.



No campo a situação é bem difícil – a produção não aumenta e sai tudo mais caro. É melhor nas cidade médias, se se puder ir a uma boa escola, dessas técnicas, porque nas universidades já ficaram muito atrasados e logo os professores não vão e a cada momento tem greve, se não de empregados, dos acadêmicos. E além disso, com tanta população, já nem cabem os estudantes e vão embora muito cedo e a maioria nem termina.

Por isso, há que ir-se ao outro lado, aos EUA, e ainda que te façam voltar, não importa, na terceira vez encontra a maneira de o “tira” te ajudar e logo “as igrejas protestantes” também te ajudam. Como pessoa sem documentos, vais vivendo e tudo até que vai bem se consegues chegar a um lugar que chamam “Santuário”. Embora agora seja cada vez mais difícil, pois um tal Simpson e outro Mazzoli não querem saber nada de mexicanos. Dizem que já há muitos cubanos e de Porto Rico e também muitos guatemaltecos e salvadorenhos.

Inclusive os “chicanos” que se foram antes já não querem os que vão chegando. Também o Reagan, a cada momento, manda mais guardas à fronteira, dizem que por causa do tráfico de drogas. Mas de qualquer maneira tem que se lutar, já que o México está muito difícil e a inflação come tudo. Até a carne escassa para subir de preço e somente alguns criadores de gado ficam com todo o dinheiro. E também com esta história da dívida, somente pagamos e pagamos e pagamos.

A bem da verdade, nesta história de população já não se sabe bem como andam as coisas. Há muitas declarações de que estamos ganhando a corrida contra a “explosão demográfica”; que devemos crescer menos; que a população tem que ser endógena, dizem os planejadores e os demógrafos; e que se deve fazer muitas avaliações; e que não há instrumentos para fazer o que sugerem as Nações Unidas; e que agora sim se vai levar em conta isto de que o importante não é que a população cresça menos, mas que viva melhor; e que há que se buscar congruência e que há que se preocupar com as inter-relações.

E parece que, no final das contas, o que dizem os do CONAPO (Conselho Nacional de População) sobre a integração, não se sabe bem do que se trata. Que deve ser feita mais investigação e avaliação para superar as projeções demográficas, que nada mais falam do que de números. E como estes números não se sabe bem o que significam para todo o país, então a solução que se encontrou é a de passar às regiões e criar muitos CONAPITOS para entender bem o que se passa nos Estados e nos municípios. E outro aspecto a que no final deram atenção e que deve ser levado em conta, é o que se passa no mundo – agora, com o Plano Mundial de Ação ou Plano de Ação Mundial, já dão atenção aos que vêm dizendo isto há muito tempo. E ESTA É UMA PRIMEIRA HISTÓRIA.

COMEÇA A SEGUNDA HISTÓRIA

Um dos temas recorrentes na implementação de políticas voltadas para programas e ações concretas é a pergunta sobre o que acontece na realidade. Uma vez que se tem a impressão de que se sabe alguma coisa, aparece uma certa tendência que diz que a política responde às

necessidades da população e que sua implementação respeita todo o âmbito dos direitos humanos. Estes são os dois grandes eixos orientadores das ações concretas do Estado: as necessidades e os direitos humanos.

O problema que aparece na base das colocações anteriores nos leva à necessidade de recapitular a história das discussões mexicanas sobre população, para ver se isto é certo.

Um primeiro momento se deu, se considerarmos nossa história a partir de 1960, em termos das posições resultantes da consideração de crescimentos demográficos que não haviam sido observados anteriormente. Crescimentos de mais de 3% ao ano somente se encontram nas mulheres uteritas em alguns momentos, ou nos colonos na metade do século XVIII no Canadá, dispostos a povoar em pouco tempo tão vasto território. Este foi um dos poucos aspectos em que franceses e ingleses estiveram de acordo.

As duas posições, as neomalthusianas e as neomarxistas, enfrentaram duas colocações distintas. Os primeiros falaram de controle de crescimento demográfico como caminho para um crescimento econômico mais rápido. Os segundos falaram que a política de população deve resolver os problemas de bem-estar a partir de mudanças estruturais e estas mudanças trariam as mudanças demográficas. O problema foi que os caminhos propostos para tais mudanças estruturais levaram somente a enfrentamentos ideológicos bem estéreis e sobretudo bem distanciados das situações sociais concretas.

O Estado, frente ao início da crise atual, adotou as posições modernizadoras de controle demográfico com o brilhantismo jurídico que o caracteriza. Modificou sua política de população e adotou uma posição libertária, seguindo a discussão mundial: os indivíduos e os casais são livres para decidir o número e o momento em que querem ter seus filhos. Frente à pergunta de "como?", implementou em grande escala o planejamento familiar.

A discussão continuou com duas novas posições: de um lado, os pragmáticos controlistas, concentrados na atuação médica, bem dispostos a conscientizar os inconscientes "rápidos povoadores" deste país, e de outro lado, os que buscavam soluções sociais de caráter integral, preocupados em resolver os problemas pela via do convencimento, da educação e comunicação, apoiados pelos organismos internacionais, dado que o México é o modelo a seguir porque se conseguiu a vontade política do Estado e se sabe que a população deseja ter menos filhos.

Demógrafos, economistas, sociólogos, urbanistas, muitos atuários e alguns médicos desorientados puseram-se a dar continuidade às tarefas do Conselho Nacional de População recém-implementado. Tinha que se fazer com que a política de população desembocasse em ações concretas. Também era necessário enfrentar o imperialismo demográfico dos médicos controlistas, com bons negócios com anticoncepcionais, e competir com o exterior na industrialização de artefatos.

Para isto, tinha que ser feito o itinerário através do império norte-americano, produzir a matéria-prima mexicana e desenvolver a capacidade científica própria em anticoncepcionais. E, sobretudo, saber os riscos de se ter efeitos indesejáveis no organismo, informação que deve acompanhar o uso de anticoncepcionais, se é que se busca efetivamente cumprir com os



direitos humanos. Todas essas tarefas e avaliações foram feitas com grande timidez e na prática avaliou-se muito pouco, na medida em que prevalece a idéia do controle demográfico acima do bem-estar social e individual. Somente foram feitas boas estimativas com relação ao cumprimento das metas quantitativas.

Este segundo confronto entre as duas posições é um pouco mais aproximado entre si que o anterior. Neste caso, os dois grupos aceitam as mesmas colocações, a política de população, e seguem atuando mais ou menos de acordo com suas posições iniciais, agora em âmbito nacional. O que se confrontou de novo foi o controle demográfico como solução fundamental, inclusive independente do bem-estar. Supõe que o bem-estar será uma consequência e tende a postergar o conjunto da problemática do desenvolvimento. Ou seja, mantém-se a posição inicial dos neomalthusianos.

A tal ponto chegou esta posição que agora se chega a culpar o crescimento demográfico pela crise que vive o México e se pretende explicar a crise como resultado de um crescimento demográfico crescente desde a década de 30. O argumento é usado agora até pela iniciativa privada, que procura congratular-se com o governo para continuar tudo igual. De fato, a discussão mudou para outro patamar, ante o fato concreto e irrefutável de que o planejamento familiar faz parte da atuação específica do Estado ou dos indivíduos particularmente.

A discussão atual coloca novamente o questionamento de uma política de população que não pode superar o estágio do mero planejamento familiar e levar em conta o âmbito dos sujeitos e suas circunstâncias, com seus discursos próprios e suas instituições. Parece que o pertinente é buscar respostas nas perguntas clássicas sobre a articulação e a integração social, incorporando com toda clareza a consideração de um Estado agora presente na vida cotidiana, irrompendo no âmbito da família e da vida sexual dos indivíduos.

A consideração das necessidades da população e o rumo da ação, tendo como guia os direitos humanos, implica, nesta situação de crise, aproximar-se mais dos atores concretos em termos de processos concretos. Trata-se de nos colocarmos frente ao indivíduo com seus discursos e instituições próprios, um sujeito social que produz circunstâncias em sua vida cotidiana – onde a presença do Estado se amplia. A discussão se centrou no campo do planejamento familiar não somente por ter-se colocado o controle como via de desenvolvimento econômico, mas também pelo fato de que ele se imiscui na decisão dos indivíduos e dos casais em sua vida privada e sua descendência.

As reações antiestatais surgem em primeiro lugar porque precisamente não se cumprem os direitos humanos, já que a liberdade está condicionada. Por um lado, está condicionada pela própria situação social: os pobres desfrutam de menos “liberdade para decidir” que os ricos e os do campo não desfrutam de nenhuma opção. Não se contempla com um mínimo de equilíbrio os aspectos econômicos, sociais e culturais. As condições de vida continuam sendo tão ou mais desiguais que há vinte anos. Apesar do crescimento demográfico menor, não acontece uma melhora importante.

Neste sentido, concentrar-se somente no demográfico pode constituir uma limitação, inclusive considerando os fatores sócio-econômicos relacionados com as mudanças na fecundi-

dade. Este quadro de inter-relações não consegue concretizar-se nas situações que se referem à população e suas circunstâncias, mantendo-se como eixos da ação as mesmas questões – um crescimento demográfico menor é uma necessidade social, familiar e individual? e, respondido afirmativamente, realiza-se respeitando os direitos em que se baseia a ação do controle demográfico?

Ainda com as mudanças que se deram na fecundidade e com as transformações tão notáveis no caso da família, em todo o mundo e no México, mais da metade da população está imersa em um processo de reprodução com intervalos curtos entre as gerações, elevada mortalidade, abandono prematuro do lar por parte dos filhos, baixa escolaridade, migração, emprego precário, matrimônio precoce. Nestas condições, na idade de 35 a 40 anos das mães, a família é pequena em consequência da miséria. Há incapacidade para reter os filhos, dar-lhes alimentação necessária e escola.

Este ciclo de vida familiar tão curto é o que está mantendo a fecundidade nos níveis atuais e mantém também um envelhecimento mais ou menos lento da população. Frente a tais situações, a única solução foi a anticoncepção e sobretudo a esterilização. Fica claro que não foram satisfeitas nem as necessidades básicas. E os direitos humanos (neste caso, o acesso completo à informação e ao uso de anticoncepcionais) são cumpridos com grandes limitações.

ATÉ AQUI A SEGUNDA HISTÓRIA.

COMECEMOS A TERCEIRA HISTÓRIA

A terceira história implica na incorporação dos sujeitos sociais que produzem circunstâncias, em termos de sua vida cotidiana, nas quais se reflete a presença do Estado em todos os âmbitos: o econômico, o social, o cultural e na busca das articulações que permitam falar de uma certa integração social.

A questão, confrontada ainda hoje, mantém as linhas estabelecidas desde a primeira polêmica dos anos 60. No entanto, as nuances que apresenta falam de diferenças importantes. As duas visões diferem no básico: uma sustenta na prática uma ação limitada somente ao planejamento familiar. Ainda procurando “integrar” o demográfico na ação dos diversos setores governamentais e em termos de programas internacionais seguindo de perto o Plano de Ação Mundial, os avanços da segunda posição têm por enquanto a forma de propostas. O impressionante agora é que as duas visões se dão dentro do aparato governamental.

Vejamos porquê:

Um dos aspectos – e possivelmente o mais importante, por justificar a existência de um organismo nacional como o CONAPO, encarregado de estabelecer a política e avaliar a ação – é o desenvolvimento de um sistema de alarme frente às tendências hegemônicas que se manifestam em todos os dispositivos por parte dos organismos do setor público, frente a um problema que abarca todos os aspectos da vida social: o da população. A partir de seu ponto de vista muito particular, os médicos procuram ter o controle nacional da política demográfica e



insistem em cada mudança de administração, ganhando ou perdendo posições; os educadores também têm seus argumentos sobre o que se deve fazer e propugnam por impor sua perspectiva sobre educação da população; os urbanistas também têm sua Secretaria de Estado e defendem o que deve ser feito para reordenar de certa maneira o uso do território nacional, e assim sucessivamente.

A primeira coisa a ser dita: privilegiaram aspectos ou fatores influentes na conformação do social. Ao se avaliar a ação concreta resultante da implementação de políticas de população, menospreza-se o fato de a visão ou compreensão das necessidades da população operar em termos de um Estado que transformou suas concepções hegemônicas numa operação mais ampla, onde a ação do sujeito se inscreve em um Estado distinto daquele em que se concebeu a política de população de uma forma mais ou menos hierarquizada.

A área de operação mais evidente da ampliação da ação do Estado é a família. Não obstante, a família ainda não é considerada como a unidade de análise básica em que se resolve boa parte das situações demográficas.

O anterior é uma consequência da maneira com que o Estado se fortalece na produção e na organização da sociedade, a partir do planejamento de mínimos de desenvolvimento econômico e social que resultam das necessidades básicas da população mexicana, moduladas além disso pelas mudanças que acontecem a nível mundial e que se concretizam no mercado e na vida cotidiana, o que implica em processos econômicos complexos. Tudo isso implica, por sua vez, na abertura à participação popular e na realização de ações descentralizadoras dos distintos setores de ação do Estado – saúde, educação, desenvolvimento urbano etc – e em conseguir uma proximidade maior da população no que está envolvido em cada um destes setores, orientando e manifestando seus pontos de vista.

Sem dúvida, o aspecto central da relação entre produção e força de trabalho precisa se resolver cada vez mais no âmbito de mercados de trabalho regionais e é nesta direção que caminha boa parte da política atual.

Nas relações que foram estabelecidas até agora entre população e força de trabalho, não foi tomada em conta a família, tanto como unidade de análise muito específica – onde se concentram as relações da população, na sua totalidade e sua estrutura, e o trabalho – quanto pelo fato de que a ação das políticas populacionais perde o sentido se estas não forem executadas ao nível familiar. E o que importa é que elas perdem o sentido para a população, para o indivíduo cujas ações cotidianas estão marcadas, entre outros aspectos, precisamente pela família.

Estes aspectos levam à necessidade de relacionar os níveis de análise que estão sendo construídos. Por um lado, o processo de desenvolvimento econômico configura uma certa estrutura da força de trabalho cuja modificação implica num peso cada vez menor de necessidade de mão-de-obra, no que diz respeito à sua importância (como excedente demográfico) na determinação do salário. Por outro lado, a manutenção de ciclos de reprodução da população, ainda que com a ampliação considerável do planejamento familiar, implica na manutenção de pautas que sustentam ciclos curtos de reprodução familiar e, como consequência, na manutenção de uma redução lenta da fecundidade.

Está implícito o fato concreto de que os limites estruturais da desigualdade impõem restrições, desde as condicionadoras da ação do Estado (saúde, educação, desenvolvimento urbano, habitação etc), até aquelas que determinam a ampliação do aparelho produtivo e a participação da população no processo de produção de maneira específica.

É aqui que a análise demográfica precisa levar em conta, especialmente nas situações regionais, temáticas que não estão necessariamente incorporadas como parte do corpo disciplinar.

Quanto ao planejamento de ações concretas, dentro da política de população, os limites estão estabelecidos pela forma de atuação do Estado, na medida em que o processo decisório exclui a população e onde as necessidades (lembramos do eixo orientador da política de população – necessidades e direitos humanos) da população são determinadas dentro da estrutura de planejamento do Estado, com pouca capacidade de avaliação, especialmente em relação ao respeito aos direitos humanos, onde o que aparece primeiro são as diferenças dos indivíduos e sua possibilidade de decidir, tanto por seus níveis educacionais, quanto por seu acesso aos meios de planejamento familiar.

Aqui é onde a investigação acadêmica deve intervir também com grande força. Isto implica na necessidade de recolocar o que se entende por política populacional na atual etapa da prática de planejamento sobre temas demográficos, onde a política se configura mais a partir das interpretações que se dão dentro do Estado sobre o Plano Global de Desenvolvimento, incluindo a consideração dos outros aspectos que compõem a vida cotidiana da população e especialmente das suas necessidades. Isto quer dizer que se faz política “à mexicana” e se guarda a política de população para a população no armário para uma ocasião melhor. ATÉ AQUI A TERCEIRA HISTÓRIA.

FALEMOS DA QUARTA E ÚLTIMA HISTÓRIA

E AGORA, QUE FAZEMOS?

Esta quarta história recapitula e se compõe das três histórias anteriores como se tratasse do jardim oriental com onze pedras, onde qualquer perspectiva é diferente e somente uma posição no jardim, que é quadrado, permite ver todas as pedras sem que se tapem umas às outras. Esta posição não foi encontrada ainda. A lenda diz que, no momento em que se encontra, há que destruir de imediato o jardim porque de outra maneira todos os homens se tornarão iguais com um aborrecimento mortal.

A ação sobre a estrutura e dinâmica da população ou a maneira pela qual se pode modificar tal dinâmica e chegar a uma distribuição da população e a uma estrutura etária que se considere de acordo com os programas de desenvolvimento, implica indicar de imediato o momento em que a população vai se beneficiar da política adotada. A posição populacionista dos anos 30 do Estado mexicano considerou que a população devia crescer e compor uma



nação que não estivesse exposta a invasões e perdas de território como no passado. Uma população que tendesse a ocupar o território em íntima relação com a exploração de seus recursos naturais, enfrentando o exterior para estabelecer trocas propiciadoras do crescimento econômico e com uma tendência nacionalizadora do aparato produtivo a partir da expropriação do petróleo. Tal posição sobre a população coincidia com a da maior parte dos países tanto avançados como atrasados; buscava-se o fortalecimento das nações considerando, entre outros aspectos, um total demográfico importante.

Dos anos 40 até 1960, o processo de concentração em alguns núcleos urbanos – primeiro Cidade do México e depois Guadalajara e Monterrey – leva a uma preocupação com população. O crescimento econômico buscado a partir da industrialização, esquecendo a agricultura, trouxe um crescimento considerável do setor terciário da economia. Durante todo este tempo, não houve preocupações importantes com o demográfico, já que ocorreu um crescimento econômico que nunca ficou em menos de 6% ao ano. No entanto, ao diminuir a mortalidade e manter-se a fecundidade em níveis elevados, criou-se as bases para uma reação considerável frente ao crescimento de 3,4% ao ano de 1960 a 1970, desconhecido na história demográfica de nosso país e de boa parte das nações latino-americanas.

A preocupação mundial sobre o demográfico propiciou a adoção de uma política nova. Ela considerou a necessidade de crescer mais lentamente, sob o argumento de que a melhor maneira de fazê-lo é melhorando as condições de vida da população para uma dinâmica demográfica harmônica com o desenvolvimento. No cenário mundial, o México foi ocupando um papel predominante, pela dinâmica populacional adotada e pelo fato de que se deu atenção aos que defendiam uma política de desenvolvimento que levasse em conta a população com sua nova dinâmica e problemas.

A criação de um organismo especializado, o CONAPO, fortaleceu desde o início os argumentos demográficos junto aos departamentos responsáveis pelos programas nos diversos setores da vida social e econômica, já que eles fazem parte do corpo diretivo do CONAPO. A primeira etapa do Conselho chegou à constituição do *Programa Nacional de Planejamento Familiar*, onde desde então o setor saúde criou uma plataforma de competição em relação às orientações da política demográfica e sem aceitar sua obrigação fundamental de executor do planejamento familiar. A **família pequena vive melhor** foi o lema central desta primeira etapa.

Num segundo momento, o Conselho deu maior importância à busca de integração das políticas de população com as de desenvolvimento. Também estabeleceu programas muito específicos de educação, centrados em população, saúde, mulher e comunicação social. Estabeleceu associações indiretas entre as novas estimativas demográficas para o país e para as Unidades Federativas, e os aspectos sociais e econômicos, orientando dessa maneira a paulatina consideração do demográfico no planejamento em âmbitos mais restritos.

Chegou-se ao estabelecimento de metas quantitativas sobre a diminuição do crescimento da população, políticas de redistribuição espacial, análises em profundidade de situações regionais como exemplos de possível planejamento e coordenação da ação federal, estadual e municipal. Ficou acertada, também, a criação de Conselhos de População estaduais, aos quais

se incorporou a tendência de definir metas demográficas quantificadas.

Num terceiro momento do Conselho, consequência da mudança sexenal presidencial (fins de 1982), continuou-se com a orientação geral que havia prevalecido até o momento, dando mais ênfase para a ação nos setores sociais organizados de trabalhadores e camponeses através das associações de trabalhadores. As considerações demográficas na prática se resumem, como na primeira etapa, ao planejamento familiar (o lema agora é **menos filhos para dar-lhes mais**) e se mantém um maior distanciamento dos aspectos demográficos vistos a médio e longo prazo como orientadores da ação e como elementos que devem ser tomados em conta no planejamento, se o que se busca é a integração do demográfico no planejamento do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, levou-se a cabo um discurso paralelo à ação que não consegue traduzir-se em benefícios sociais concretos. Aceita-se que apenas a diminuição do crescimento demográfico não garante nem promove o desenvolvimento. Por sua vez, o crescimento econômico só traz mudanças apreciáveis nas variáveis demográficas se acompanhado de mudanças sociais e de uma clara definição de objetivos. A política de população faz parte do curso que segue cada nação e é influenciada por todos os outros aspectos do planejamento do desenvolvimento.

Aqui surge a necessidade de levar em consideração o âmbito externo e a questão de como incorporar também a ordem econômica internacional. A problemática conduz à outra: ter em conta a perda de capacidade na condução de políticas econômicas e a necessidade de mudanças estruturais para sair da crise. *Novamente, o importante é a forma como se estruturam as decisões e saber quem são os beneficiários.*

Há sempre um ponto de partida possível e à mão que é o bom conhecimento da situação em que nos encontramos internamente. Ao mesmo tempo é preciso saber até onde queremos ir e para que aspectos deve ser dirigida a ação para conseguir os máximos benefícios nas condições de vida da população.

Em primeiro lugar, deve-se especificar as necessidades em aspectos essenciais: trabalho e educação. A partir disso, levar em conta a redistribuição adequada para eliminar, num certo prazo, as grandes desigualdades sociais, começando pela distância entre o urbano e o rural, e dirimindo a luta moderna das situações agrárias.

No entanto, não se deve ir tão rápido na análise de problemas. A especificação de necessidades em termos de trabalho obriga a considerar decisões fundamentais do sistema em relação à valorização básica entre capital e trabalho. Até agora, foi proposta a decisão que beneficia o trabalho. A situação de crise coloca como necessário considerar ao mesmo tempo ocupação e níveis de vida.

A primeira etapa avaliará a força de trabalho e sua distribuição geográfica por idades e sexos e a absorção possível em termos de estimativas setoriais da expansão ocupacional a partir da presença de insumos. Esta abordagem tradicional constitui o ponto de partida, à qual se seguirá a análise do fator tecnológico e do desenvolvimento científico.



Proceder dessa maneira significa ir incorporando elementos ou fazer as desagregações necessárias: o urbano e o rural; níveis de qualificação; adequação entre o sistema educativo e as necessidades futuras do aparato produtivo; participação feminina; necessidades de saúde; necessidades de habitação etc.

O exercício deve incorporar mais e mais elementos, levando em conta sempre a necessidade de aprofundar os mecanismos que excluam da produção uma fração crescente da força de trabalho e a manutenção de uma capacidade de aumento de troca. Nas condições atuais, adquirem maior importância o financiamento e a dívida que condicionam o funcionamento do sistema e que aprofundam a desigualdade na medida em que a austeridade recai sobre os trabalhadores.

Todos esses temas constituíram, de maneira muito simplificada e com outras manifestações, o ponto de partida das discussões demográficas há duas décadas e devem ser retomados. No México, conta-se cada vez mais com a informação suscetível de ser trabalhada a partir de duas perspectivas: a primeira, o "continuum" população, força de trabalho, trabalho, família, condições de vida e os ciclos vitais familiares em termos de incorporação à atividade em relação a estruturas familiares claramente diferentes e classificáveis por educação e ingresso; e a segunda, a continuidade na atividade e formação da família, reprodução, possibilidades educativas e novamente inserção na força de trabalho. O momento atual deve levar à regionalização deste tipo de análise, em busca da descentralização do aparato produtivo, sua especialização e heterogeneidade.

Ao mesmo tempo, é preciso desenvolver projeções da família incorporando às pautas de integração e mudança familiar, aspectos que devem ser considerados em si mesmos e relacionados à habitação, bem-estar social, saúde e prestações de serviços de natureza diversa. A colocação do urbano e do rural será incompleta se não considerar estes aspectos demossociais.

Por outro lado, tem-se a vantagem dos vários modelos que foram formulados até agora, buscando *endogeneizar* a população. Considero que isto é bem possível trilhando o caminho da análise setorial até sua paulatina integração. As temáticas relevantes foram discutidas em diversas ocasiões ao nível internacional, regional e nacional, de forma que não se parte do zero.

Dentro de tais temáticas, não se pode deixar de considerar os recursos naturais e as exigências de preservação do meio ambiente. Outras temáticas relevantes e atuais devem também ser levantadas, buscando adiantar-se a situações futuras quanto a mudanças que estão ocorrendo hoje. Sobretudo em relação à diminuição da fecundidade e à conformação paulatina de uma nova estrutura etária que tende ao envelhecimento. Convém a esta nova situação ser tratada em íntima relação com a família e o trabalho, prevenindo situações que apareçam e tendam a intensificar-se como consequência da anticoncepção moderna. Ela levou à diminuição, em pouco tempo, da taxa de crescimento, chegando a uma redução absoluta de 1% em apenas oito anos. Estamos frente a novos ritmos de mudanças demográficas em prazos curtos. O que foi dito até agora implica em se prever os possíveis significados do subdesenvolvimento e o envelhecimento da população, levando em conta que se tratam de situações irreversíveis. A diminuição da fecundidade é uma situação sem retorno.